



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 11, número 1, jan.-abr. 2022

ANÁLISE CRÍTICA DE TRANSITIVIDADE DE REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DO MINISTRO DA ECONOMIA PAULO GUEDES SOBRE PRIVATIZAÇÃO



CRITICAL TRANSITIVITY ANALYSIS OF DISCURSIVE REPRESENTATIONS BY THE MINISTER OF ECONOMY PAULO GUEDES ON PRIVATIZATION

Emmanuel Alexandre Tavares da SILVA
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Fábio Alexandre Silva BEZERRA
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 22/09/2021 • APROVADO EM 21/04/2022

Resumo

Tendo em vista a influência que o discurso como prática e evento social exerce nas representações e nas relações em sociedade, este artigo objetiva analisar o discurso do ministro da economia Paulo Guedes em entrevista concedida à CNN Brasil em novembro de 2020. Para isso, adotamos uma perspectiva crítica a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) e utilizamos conceitos e categorias de análise da Gramática Sistemico-Funcional (GSF) de Halliday e Matthiessen (2014), mais especificamente o sistema de TRANSITIVIDADE. Em seguida, utilizamos a perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012) para investigarmos como as representações advindas das realizações discursivas

contribuem para a construção de um processo de legitimação argumentativa, com especial atenção para potenciais características de hegemonização neoliberal no Brasil presentes no discurso do ministro. Os resultados apontam que as representações construídas pelo ministro são utilizadas como ferramentas de materialização e construção dos atores representados negativamente como sendo ameaças tangíveis e reais. Nesse sentido, participantes representados negativamente, usualmente na posição de Ator, são encontrados quando construídos como prejudiciais, ao passo que o governo, na posição de Meta em relação a tais processos e atores, é construído como vítima. Sobre a argumentação prática, demonstramos que a estrutura da fala analisada se apresenta sólida dentro da perspectiva utilizada, exceto pela falta dos componentes “contra-argumento” e “consequências negativas”. Por fim, acerca da questão dos traços ideológicos econômicos, encontramos duas principais características: privatização de empresas estatais e procura de controle de dívida por meio dessas privatizações.

Abstract

Given the influence that discourse as a practice and social event exerts on representations and relationships in society, this article aims to analyze the discourse of the minister of economy Paulo Guedes in an interview given to CNN Brasil in November 2020. To this end, we take on a critical perspective from Critical Discourse Analysis (CDA) and use concepts and categories of analysis from the Systemic Functional Grammar (GSF) by Halliday and Matthiessen (2014), more specifically the TRANSITIVITY system. Then, we follow the perspective of Fairclough and Fairclough (2012) to investigate how the representations arising from discursive realizations contribute to the construction of a process of argumentative legitimation, with special attention to potential characteristics of neoliberal hegemonization in Brazil present in the minister's discourse. The results show that the representations construed by the minister are used as tools for the materialization and construction of actors who are negatively represented as tangible and real threats. In this sense, negatively represented participants, usually in the Actor position, are found when constructed as harmful, whereas the government, in the Goal position in relation to such processes and actors, is constructed as a victim. Regarding practical argumentation, we demonstrate that the analyzed discourse structure is solid within the perspective used, except for the lack of the components “counter-argument” and “negative consequences”. Finally, on the issue of economic ideological traits, we found two main characteristics: privatization of state-owned companies and the search for debt control through these privatizations.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Transitividade. Paulo Guedes. Economia. Privatização.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Transitivity. Paulo Guedes. Economy. Privatization.

Texto integral

Introdução

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”; “Vamos tornar a América grande novamente.”; “Primeiro os Italianos”. Esses dizeres compõem lemas de campanhas de candidatos à presidência e ao cargo de primeiro-ministro do Brasil,

dos Estados Unidos e da Itália, respectivamente. No ano de 2020, quando iniciamos esta pesquisa, esses três candidatos ocupavam o cargo de máximo poder no âmbito Executivo em suas respectivas nações, tendo Donald Trump, contudo, sido derrotado nas eleições presidenciais estadunidenses, no final de 2020, pelo candidato democrata Joe Biden.

Não se trata, dessa maneira, de um cenário observado apenas no Brasil. Na Europa, além de Matteo Salvini (primeiro-ministro italiano), observamos, a partir de 2010, a ascensão de líderes de extrema-direita, como Viktor Orbán, na Hungria, advogando discursos de caráter xenófobo, voltados principalmente, mas não somente, a imigrantes, particularmente àqueles/as provenientes da Síria a partir de 2011. Dentre os possíveis motivos para a eleição de Orbán, podemos enumerar a “falta de tradição democrática, a decepção de muitos cidadãos depois do advento desse sistema político, os erros dos Governos ou a fracassada tentativa de golpe de Estado em 2006” na Hungria (HELLER, 2019, par. 1).

Nos Estados Unidos, seguindo a onda conservadora em expansão pelo mundo, elegeu-se Donald Trump, no ano de 2016, atrelado a discurso sociopolítico conservador, representado pela conhecida frase “Make America great again” (“Torne a América grande novamente”), além de explicitar uma retórica direcionada contra imigrantes. Na Itália, Matteo Salvini, então ministro do Interior (e posterior primeiro-ministro da Itália em 2020) e líder do partido ultranacionalista Liga, utilizou a frase “Tantos inimigos, tanta honra”. Esse é um lema remetente ao utilizado por Benito Mussolini: “Muitos inimigos, muita honra” (MINISTRO, 2018, par. 3).

Seguindo esses exemplos, testemunhamos a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas em 2018, no âmbito brasileiro, valendo-se também de discurso conservador, nacionalista e pseudocristão (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”). Tais lemas trazem consigo traços de dizeres já utilizados no passado, como um aparente nacionalismo já observado no lema “Deutschland uber alles” (“Alemanha acima de tudo”) da Alemanha sob o governo de Adolf Hitler. Esses três lemas apresentam forte teor de saudosismo sobre um passado supostamente glorioso e/ou um alegado nacionalismo, traços que servem como alerta, uma vez que

As extremas direitas em ascensão na Europa e nos Estados Unidos estão baseadas num “mito fundacional”, uma reconstrução idealizada do passado ao qual prometem um retorno. Um retorno ao império britânico com a campanha inglesa do Leave (Brexit) para sair da União Europeia, a volta ao “America great again” com Trump, a Polônia católica para os poloneses e a “ordem e progresso” representado pelo período da ditadura brasileira com Bolsonaro no Brasil. (GOLDSTEIN, 2018, p. 4).

Wählstrom e Törnberg (2019, p. 772) investigam mecanismos auxiliares na disseminação de ideias de conotação extremista, apontando como, nas redes sociais, determinadas formas de filtragem de conteúdo por algoritmos baseados nas preferências de usuários/as acabam por constituir ambientes favoráveis a uma ressonância monotônica de princípios, formando “câmaras de eco” e “bolhas de filtragem” (nas palavras dos autores, *echo chamber* e *filter bubbles*,

respectivamente)¹. Assim, a expansão do alcance de outras formas de propagação das formas de ser, agir e falar no mundo por meio das redes sociais mostrou-se uma condição *sine qua non* para que os discursos presentes no ideário dos/as adeptos/as às políticas da extrema-direita pudessem firmar-se a ponto de influenciar formas de ser, falar e agir no plano da economia, i.e., discurso marcadamente neoliberal.

Neste aspecto econômico, Bresser-Pereira (2018), ao analisar a influência do capitalismo financeiro-rentista, no contexto global atual, descreve o neoliberalismo como um modo de agir economicamente que retornou após a crise enfrentada por economias ao redor do mundo no início da década de 1970. Após o modelo econômico liberal clássico ter fracassado e levado a uma crise de extrema gravidade em 1929, culminando na Grande Depressão, foi aceita a possibilidade de intervenção do Estado na economia como um meio de reduzir a severidade e a intensidade de crises ao promover políticas públicas e medidas de amparo social.

O economista John Maynard Keynes, um dos principais mentores dessa nova forma de liberalismo controlado, promoveu o que ficou conhecido como “revolução keynesiana” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 24), oportunizando o aparecimento dos Estados de Bem-estar Social² (*Welfare States*). Estes, por sua vez, vêm enfrentando uma dissolução lenta e gradual, quando os adeptos ao liberalismo clássico procuraram trazer de volta a política econômica liberalizante nos moldes daquela que se encontrava antes da Grande Depressão. Assim, nomes como Milton Friedman, economista estadunidense autor do livro *Free to Choose*, adepto a princípios liberais e ganhador do Nobel de Economia, encontraram terreno fértil, a partir da década de 1970, para a disseminação das formas de ser, pensar e agir que levariam ao início desse processo de retorno ao liberalismo: o neoliberalismo.

Esse novo liberalismo, ou neoliberalismo, é agora ainda mais restrito em relação a intervenções estatais na economia, especialmente no âmbito de direitos sociais. Assim, essa doutrina promove a valorização das liberdades individuais com uma estreita ligação com o conceito de proteção da propriedade privada, “a defesa do mercado como agente regulador e promotor do progresso da economia” (FRIEDMAN, 1988 *apud* SOUZA; LARA, 2012, p. 7), bem como considera que direitos sociais e sua expansão, especialmente no que diz respeito aos sindicatos e ao trabalho, causam grande impacto na lucratividade de empresas, devendo ser, portanto, reduzidos (HARVEY, 2008 *apud* SOUZA; LARA, 2012, p. 1).

Na Inglaterra, Margareth Thatcher, ao tornar-se primeira-ministra do país, tomou diversas medidas que procuravam reduzir a influência do Estado, proclamando que “Não há outro caminho” (“There is no other way”), em referência à inevitabilidade da sua agenda neoliberal para o país, tendo mantido seu cargo de 1979 até 1990. Importantes teóricos do discurso se viram no centro desta mudança orientada ao retorno do pensamento econômico neoliberal, dentre os quais podemos destacar Norman Fairclough e Ruth Wodak, cidadãos britânicos e alguns dos fundadores da Análise Crítica do Discurso (ACD), que viram seu contexto mais imediato amplamente influenciado por essa nova forma de pensar, ser e agir. Para além das declarações diretas sobre a economia proferidas por Thatcher, era de interesse dos analistas observar também processos naturalizados na realidade das

¹ Todas as traduções neste artigo são de nossa inteira responsabilidade.

² Entendido como “organização econômica e política, em que o Estado é o principal agente regulamentador nos aspectos sociais, políticos e econômicos” (OLIVEIRA; SOUSA, 2013, p. 2).

formas de pensar, ser e agir na sociedade, e como estes, por sua vez, eram expressos nos discursos.

Nesse sentido, Wodak e Meyer (2009, p. 2) destacam alguns dos objetivos da ACD, quais sejam: a) utilização, nas análises, da língua em uso “que ocorre naturalmente”; b) expansão das unidades de análise para além de palavras, sintagmas e frases isoladas; c) estudo da ação e interação, expansão para os textos não-verbais ao observar aspectos visuais, multimodais e sociossemióticos; d) atenção aos contextos de utilização da língua; e) extensiva utilização de conceitos teóricos observados na língua em uso (p. ex. polidez, tomada de turnos, coerência, argumentação, retórica, modelos mentais).

Em face dessas práticas sociodiscursivas, devemos compreender que, antes da entrada de formas específicas de pensar, ser, agir e falar na esfera política, que influenciam diretamente as vidas dos cidadãos, inclusive em seu aspecto econômico, há uma disseminação de discursos no âmbito social. Dessa maneira, a legitimação de discursos relacionados a formas hegemônicas de agir na sociedade se mostra como pedra angular no desempenho de ideias quanto a seu potencial de convencimento, como denota Weber (1964, p. 325), ao ressaltar que um sistema de autoridade “tenta estabelecer e cultivar a crença em sua ‘legitimidade’”.

Além disso, dado que os discursos tendem a se relacionar a uma ou a várias práticas sociais e às identidades sociais a estas associadas, a legitimação de discursos apresenta-se fortemente ligada ao aspecto linguístico nas relações em sociedade (GEE, 2011), estando dialeticamente conectada com a formação de sentidos. Como asseveram Berger e Luckmann (1966, p. 112), uma “legitimação incipiente está presente assim que um sistema de objetificações linguísticas da experiência humana é transmitido”. O sucesso desses processos e das formas de viver, ser e agir por eles propagadas são essenciais para que seus/suas representantes tenham acesso ao suporte legal para sua materialização.

No âmbito nacional, deparamo-nos, por exemplo, com a figura do ministro da economia Paulo Guedes. Orientado, no âmbito teórico da economia, pelos princípios da Escola de Chicago, em estudos pós-graduados na Universidade de Chicago, apresenta influência de Milton Friedman, um dos principais idealizadores do neoliberalismo e professor atuante dentro da Universidade de Chicago. O referido ministro atuou, ainda, no governo do ditador Augusto Pinochet, na década de 1980, como professor e pesquisador acadêmico na Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile, contribuindo para a construção do pensamento econômico neoliberal no país.

Tendo explicitado o amplo contexto em que esta pesquisa se situa, temos, como objetivo geral, analisar o discurso do ministro da economia Paulo Guedes em entrevista concedida à CNN Brasil, visto que, por atuar desde 2019 até o presente momento na gestão do governo de Jair Bolsonaro, acreditamos ser possível aprofundarmos a análise linguístico-discursiva de declarações do ministro Paulo Guedes acerca do contexto econômico brasileiro, mais particularmente sobre o processo de privatizações.

Nesse sentido, um questionamento geral nos orienta: o que revelam as escolhas ideacionais no discurso do ministro Paulo Guedes sobre questões econômicas no contexto brasileiro atual? Dessa inquietação mais geral, surgem duas perguntas mais específicas: 1) Quais são as escolhas de transitividade no discurso

de Paulo Guedes?; 2) O que essas escolhas relevam em termos de argumentação sobre questões econômicas?

Tendo delineado o contexto desta pesquisa e estabelecido suas perguntas norteadoras, explicitamos, a seguir, os procedimentos metodológicos, sendo apresentadas informações sobre a seleção dos dados para a realização das análises centrais neste estudo.

Procedimentos metodológicos

Selecionamos uma entrevista dada pelo ministro da economia Paulo Guedes à CNN Brasil, intitulada: “Exclusivo: Vamos derrubar a dívida pública em 2021 com privatizações, diz Guedes.”, publicada no dia 11 de novembro de 2020 (GADELHA, 2020). Escolhemos esse texto especificamente por tratar de temática crucial para a população brasileira, ao abordar questões relativas à economia com significativas repercussões para o futuro da nação. Ademais, analisamos em que medida as produções linguísticas constitutivas dos discursos do ministro, nesta ocasião, apresentam potencial para produzir efeitos referentes, por exemplo, à pauta de privatizações, a posições ideológicas e a realizações em argumentação prática para defender uma declaração para ação, do ponto de vista de Fairclough e Fairclough (2012), e aspectos representacionais, do ponto de vista da LSF.

Em seguida, separamos os trechos da referida entrevista nos quais constam falas do ministro da economia Paulo Guedes em forma de citação direta, tendo sido, então, repartidos em sete excertos³. Depois, conforme descrito na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) de Halliday e Matthiessen (2014), as orações específicas, com base na metafunção ideacional, em seu aspecto experiencial, foram analisadas para identificarmos os elementos “participantes”, “processos” e “circunstâncias” a partir do sistema de TRANSITIVIDADE.

Procuramos, então, observar em que medida tais realizações experienciais podem implicar aspectos ideológicos no sentido da utilização de naturalizações, por exemplo. Em caso positivo, apontamos, nas análises, os mecanismos linguísticos pelos quais essas possíveis marcações ideológicas podem influenciar a estrutura argumentativa prática. Considerando que, na referida entrevista, são discutidas propostas para ações futuras no que tange à economia brasileira, e que se trata de um ambiente no qual a política e interesses econômicos encontram-se particularmente ressaltados, utilizamos os princípios mencionados sobre argumentação prática propostos por Fairclough e Fairclough (2012, p. 51) para interpretar a cadeia discursiva construída pelo ministro.

Do ponto de vista da argumentação prática, observamos como as falas do ministro podem contribuir para a constituição de uma estrutura de argumentação que visa à realização de ações no mundo real. Dessa maneira, separamos as orações nas categorias: a) circunstâncias, b) meio-fim, c) valores, d) declaração para ação, e) objetivo, f) contra-argumento, g) consequências negativas. Nesse momento, apresentamos atenção especial para a maneira como as formas de representação

³ Vale ressaltar que não houve recorte de partes soltas do discurso do ministro; ao contrário, o foco nas citações diretas nos permitiu analisar tudo que de fato foi dito por ele sem passar pelas rearticulações dos jornalistas do veículo de comunicação em questão.

verbalizadas pelo ministro podem incluir, por exemplo, representações sem o ônus da prova, o que implicaria evidência de ideologia naturalizada.

Esse percurso nos possibilitou encontrar semelhanças entre conjuntos de ideologias, tanto no sentido de um grupo de crenças responsável por organizar e constituir um determinado tipo de pensar, como no sentido de cristalizações de conceitos e verdades tidas como “dadas” ou “evidentes”. A intenção desse passo foi verificar se havia marcas de relações hegemônicas no discurso e, em caso afirmativo, apontar como elas se constituíram para a manutenção de relações de poder na sociedade, com potenciais consequências para o Brasil.

Dessa forma, tornou-se possível estabelecer uma cadeia de pensamento a partir da construção da representação da experiência revelada pela análise com base na GSF, apresentando consequências na argumentação prática. Ao descrevermos as representações construídas pelo ministro, pudemos observar a existência (ou não) de consistência do processo de argumentação ao verificarmos a presença de contra-argumentos e/ou potenciais consequências negativas provocadas pelo processo.

Breve histórico e características da hegemonização neoliberal no Brasil

A história sobre o surgimento da vertente econômica atuante no Brasil tem suas raízes remontando ao século XVIII, com o teórico Adam Smith lançando o liberalismo clássico, elaborado como forma de combater as formas de poder centradas em monarquias e, conseqüentemente, em governos de poder muito centralizados. Assim, o princípio de não-intervenção estatal na economia advém do desejo de limitar o poder absolutista. Pode ser considerado, portanto, uma ferramenta para que a classe burguesa, ainda no processo de ascensão econômica e hegemônica, pudesse implantar um sistema econômico que focasse em uma “economia de mercado, em que a especialização, o livre comércio e a competição levariam à maior prosperidade” (GODOI, 2019, p. 42). Segundo Wolff (2016), o neoliberalismo, defendido pelos teóricos da economia que o autor denomina como neoclássicos, aparece como um desejo de retorno à utopia de um mercado perfeito e autorregulatório.

No Brasil, a difusão e hegemonização do neoliberalismo foi um processo tardio em comparação a países como Estados Unidos (*reaganomics*), Reino Unido (*thatcherism*) ou Chile, com as primeiras medidas neoliberais entrando em vigor em 1981 (UTHOFF, 2019). De acordo com Neto (2013), o neoliberalismo à brasileira iniciou-se na década de 1990 com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no de Dilma Rousseff (2011-2016), foi possível observar significantes avanços na inclusão social pela implementação de inúmeras políticas sociais compensatórias (no sentido de auxiliar setores sociais historicamente prejudicados e marginalizados), com um aspecto de conciliação de classes sociais (CASTRO, 2017, p. 84; 95-104) como visto na “Carta ao Povo Brasileiro” lançada em julho de 2002, às vésperas do processo eleitoral que decidiria a Presidência da República e “com uma vertente redistributivista de caráter neokeynesiano” (GOMES, 2018, par. 48). Entretanto, segundo Luz (2015, p.

124), a hegemonização neoliberal do cenário brasileiro permanecia atuante ainda no ano de 2015, “da qual o lulismo representou seu momento mais celebrativo”.

Uma das concepções do neoliberalismo é aquela que procura uma autorregulação que proveria “economia mais próspera”, “liberdade humana” e “harmonia social” (TAYLOR, 2001). É interessante observarmos, no entanto, que, apesar desses preceitos, o neoliberalismo foi concebido como reação ao Estado de Bem-Estar Social de viés keynesianista, com a intenção de combatê-lo (WELLERSTEIN, 2004 *apud* MARINHO; CASTRO; AIRES, 2016, s/p.). Os autores apontam ainda que, sob forças capitalistas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, o neoliberalismo da América Latina sofreu influências do Consenso de Washington em 1989, cujo um dos principais economistas influenciadores, John Williamson, “fomentou a ideia de como os países latino-americanos deveriam agir para escaparem das crises”.

São elencadas 10 características principais do neoliberalismo, dentre elas: a) privatização de empresas estatais, b) determinação de taxas de juros pelo mercado, c) retirada de barreiras contra investimentos estrangeiros, d) garantia de direitos de propriedade, e) taxa de câmbio unificada para crescimento rápido de exportações não-tradicionais, f) retirada de leis que dificultem ou impeçam a entrada de empresas ou restrinjam a competição, g) redirecionamento gastos públicos para áreas que possuam potencial de alto retorno financeiro, h) reforma tributária para maior base tributária e menor alíquota marginal, i) controle de déficits orçamentários para não recorrer a imposto inflacionário e j) “restrições comerciais quantitativas a serem rapidamente substituídas por tarifas que seriam progressivamente reduzidas até que fosse alcançada uma taxa baixa uniforme da ordem de 10% a 20%” (WILLIAMSON, 2004 *apud* MARINHO; CASTRO; AIRES, 2016, s/p.).

Com base nas questões destacadas nesta seção, interessa-nos verificar a existência de traços do neoliberalismo brasileiro na fala do ministro e quais as possíveis consequências dessas construções linguístico-discursivas. Para tanto, enfatizamos discussões sobre a estrutura argumentativa construída em seu discurso conjuntamente com suas escolhas ideacionais. Tratemos, primeiramente, do modelo argumentativo de Fairclough e Fairclough (2012).

Modelo de estrutura argumentativa de Fairclough e Fairclough (2012)

Fairclough e Fairclough (2012), baseando-se em Lukes (2005), descrevem o poder de maneira tridimensional. Na primeira dimensão, a capacidade de um agente social de se sobressair em seus anseios em um processo de decisão é observada e descrita. Nesse sentido, Lukes (2005, p. 19) acrescenta, ainda, que há “um foco no *comportamento* na tomada de *decisões* acerca de *questões* sobre as quais há um *conflito* observável de *interesses* (subjetivos), vistas como preferências políticas expressas, reveladas pela participação política” (grifos do autor).

Na segunda dimensão, o número de opções possíveis para uma deliberação é alterado, ocorrendo um controle sobre o número de caminhos disponíveis no sentido de ocultar vias que não interessam àquele/a que exerce o poder. Amplia-se o leque para fatores além de um conflito observável de natureza subjetiva, pois o exercício do poder eventualmente envolve a “criação ou o reforço de práticas

institucionais que limitam o escopo do processo político para a consideração pública somente daquelas questões que são comparativamente inócuas” (BACHRACH; BARATZ, 1970, p. 7, 44).

A terceira pode não envolver uma racionalidade de agentes sociais, mas é encontrada na forma com que maneiras de ser, agir e fazer repetidamente encontradas em práticas sociais, estruturas sociais e discursos podem moldar o agir e o pensar de outras pessoas. A respeito desse último, Fairclough e Fairclough (2012) entendem que se trata de um caso de dominação implícita ocasionado por ideologias provenientes de estruturas de poder capazes de disseminar, reproduzir e naturalizar seus anseios no âmbito social.

Nesse quadro, a argumentação prática é de grande relevância para a ACD. Em seu livro *Political Discourse Analysis* (2012), Isabela e Norman Fairclough apresentam a relevância do tema, focando no papel das representações discursivamente realizadas nas instâncias de prática social como meios de prover razoabilidade e, portanto, apoio popular. Tal apoio pode gerar condições para o exercício do poder, tocando, assim, em um aspecto central da ACD. Em outras palavras, este tema apresenta-se relevante para o presente trabalho em razão da natureza argumentativa usualmente encontrada no mundo da política, estendendo-se, portanto, às falas analisadas do ministro da economia do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes.

Aqui, ainda de acordo com Fairclough e Fairclough (2012), apresentamos os seguintes conceitos, os quais serão comentados a seguir: um *objetivo* a ser alcançado por *agentes* através de um processo de *argumentação prática* orientado por uma determinada *normatividade*, levando em consideração, de forma constitutiva, um outro processo de *deliberação*, envolvendo o argumento a favor e um *contra-argumento*, considerando as *consequências negativas* caso a ação defendida pelo meio-fim venha a ser realizada. Para o atingimento do objetivo, o agente conjectura a realização de uma ação específica, um *meio-fim*, a qual ocasiona uma *declaração de ação*. O agente deve observar ainda as *circunstâncias* nas quais se encontra. Influem nesse esquema os *valores* presentes nos agentes e/ou na sociedade.

O objetivo é compreendido como o ponto de chegada pretendido, em contraste com a situação ou circunstância na qual um agente se encontra. O agente, por sua vez, é um participante, um ser consciente que visualiza uma necessidade ou desejo de realização de uma situação A para um desfecho B. Ainda, segundo Fairclough e Fairclough (2012, p. 4), “[...] na política, eles [os agentes] engajam-se primariamente em argumentação, e particularmente em argumentação prática, incluindo deliberação”. Para atingir o objetivo, estes agentes conjecturam acerca do que poderia levá-los a alcançá-lo, criando o meio-fim, cuja elaboração mental é do tipo “se eu fizer A, possivelmente alcançarei o objetivo B”, traçando, então, passos menores que devem, em tese, contribuir para o resultado esperado.

O agente deve observar, ao realizar sua apreciação sobre o meio-fim o qual culminaria na declaração para ação, quais são as circunstâncias do meio no qual ele se encontra, em termos de fatos sociais, institucionais, normas. Também é possível denominar as circunstâncias como sendo o contexto de ação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 48). No caso dos valores acima mencionados, para os que são motivados por questões externas, temos um conjunto de fatores que influenciam aquilo que o agente visualiza como sendo seu objetivo, provenientes de um conjunto

de valores morais compartilhados socialmente, aos quais os indivíduos estão “ligados em virtude de serem parte de uma ordem moral, social e institucional” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 46).

A deliberação considera “*argumentos práticos alternativos*, apoiando diferentes *declarações para ação* e examinando e pesando considerações que apoiam estas declarações alternativas”. Portanto, envolve o “balanceamento de *vários* argumentos práticos, a favor de diferentes declarações para ação, (...) pesando cada argumento contra um contra-argumento” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 50, grifo do autor).

O contra-argumento apresenta uma contradecaração para ação e a inclusão de possíveis consequências negativas derivadas da realização da ação do argumento. Pode ainda funcionar como teste de eficácia do argumento contra o qual é colocado, pois pode “apontar para consequências que minam o objetivo” e “pode ser usado para refutar ou rejeitar a declaração [para ação] inicial” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 50).

Por sua vez, o conjunto dos passos para atingir um objetivo (objetivo, meio-fim, circunstâncias, declaração para ação, valores) são denominados pelos autores como *argumentos práticos*, dada a sua natureza direcionada a uma ação futura. Esses argumentos são as unidades constitutivas da *argumentação prática*, que se caracteriza por “correntes complexas, não apenas de meios e fins (objetivos), mas de objetivos e circunstâncias, nas quais os objetivos de uma ação, uma vez tornados realidade, tornam-se o contexto de ação (as circunstâncias) de uma ação futura” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 4).

Para além da preocupação com a argumentação prática, com as dimensões do poder, do poder no discurso e sobre o discurso, é necessário que abordemos o texto, mais especificamente, como elemento importante para a fase descritiva da ACD, conforme defende Fairclough (2015). Nesse sentido, tratamos, a seguir, de conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), mais particularmente do sistema de TRANSITIVIDADE, para relacionarmos suas classificações com as relações de poder expressas no discurso no âmbito deste trabalho.

Linguística Sistêmico-Funcional e o sistema de TRANSITIVIDADE

Halliday e Matthiessen (2014) concebem a língua como um potencial de significação (*meaning potential*), segundo o qual as escolhas dos/as participantes na hora da produção linguística percorrem caminhos em sistemas ou redes de recursos, geralmente em busca de produzir instanciações desse potencial que sirvam aos seus propósitos comunicativos. Tais escolhas estão organizadas em três metafunções, ou dimensões (ideacional, interpessoal e textual), da língua que, interconectadas, nos permitem observar os textos produzidos em eventos sociais sob diferentes lentes.

Para os fins pretendidos neste trabalho, interessa-nos a metafunção ideacional, intimamente ligada à representação da experiência vivenciada e/ou percebida, especialmente por sua importante relação de complementariedade com conceitos da ACD, como forma de realização inicial da descrição de um texto para consequente aprofundamento das construções discursivas. Segundo Haag e Rottava (2019, p. 203), referindo-se a Halliday e Matthiessen (2014), é essa metafunção “que

demonstra a capacidade do ser humano de construir significados e representar experiências por meio da linguagem”.

A metafunção ideacional é subdividida em duas dimensões: a lógica e a experiencial. A primeira delas se refere aos níveis estruturais acima da oração e dos complexos oracionais, sendo responsável pelo encadeamento lógico de um texto, exercendo influência fundamental em como a relação entre orações e complexos oracionais é realizada. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a experiencial, por sua vez, é aquela relacionada majoritariamente à criação de representações do mundo no nível da oração, sendo realizada pelo sistema de TRANSITIVIDADE, que compreende *processos, participantes e circunstâncias*. Os processos e os/as participantes recebem nomes diferentes a depender do tipo de processo, mas as circunstâncias apresentam a mesma denominação em todos os tipos de processo. Halliday e Matthiessen (2014, p. 214) classificam os processos em material, comportamental, mental, verbal, relacional ou existencial⁴.

Nos processos materiais, os participantes são o *Ator* e a *Meta*, nos polos ativo e passivo da oração, respectivamente. Em caso de utilização de voz passiva, o Ator pode ser ocultado. Em processos intransitivos, a Meta não existe. São processos de “fazer-e-acontecer” (*doing-&-happening*) que enfatizam a experiência exterior. Alguns exemplos: transitivos (quebrar, apontar, fechar) e intransitivos (correr, chegar) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014)

Os processos mentais, por outro lado, focam nas “mudanças no fluxo de eventos ocorrendo em nossa consciência” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 245). Envolvem sensações como emoções (afetivos), cognição (cognitivos), percepções físicas (perceptivos) e desejos e vontades (desiderativos). Fuzer e Cabral (2014) denominam os participantes desse tipo de processo como *Experienciador*, i.e. quem sente, e *Fenômeno*, “o participante que é sentido, pensado, desejado, conhecido ou percebido” (p. 35). Alguns exemplos: afetivos (amar, gostar), cognitivos (pensar, raciocinar), perceptivos (escutar, doer) e desiderativos (querer, desejar).

Ainda de acordo com esses autores, os processos relacionais servem para criar uma relação entre duas entidades diferentes, sendo subdivididos em *intensivos, possessivos e circunstanciais*. O primeiro estabelece vínculos no sentido de *atribuição* (p. ex. Eu sou paraibano)⁵ ou *identificação* (p. ex. Eu sou Emmanuel). O segundo estabelece relações de *posse*, tipicamente com o verbo “ter” e “possuir” (p. ex. Tenho um cão.). O terceiro relaciona participantes com circunstâncias (p. ex. Eu estou em casa).

Em um encontro com as noções da ACD acerca das relações de poder, a presente seção contribui como ponto de partida da análise com foco na descrição com subsequente interpretação sobre as realizações linguísticas como potencialmente reveladoras de intencionalidades do ministro. Tendo discutido os conceitos teóricos abordados até este momento, passamos, agora, para a seção de análise e discussão dos resultados.

⁴ Processos verbais são comuns no gênero entrevista, especialmente em discurso indireto. No entanto, considerando o foco desta pesquisa nas falas em discurso direto do ministro entrevistado, bem como a não identificação de processos existenciais ou comportamentais, tratamos apenas dos processos materiais, mentais e relacionais neste artigo.

⁵ Verbos como “parecer”, “assemelhar-se” também entram nessa subcategoria.

Resultados e discussões

Esta seção encontra-se dividida em duas partes. Na primeira delas, em perspectiva descritiva, interpretamos como as funções assumidas pelos participantes no discurso e sua construção podem impactar as representações realizadas nesse evento social particular. Na segunda, atentamos para analisar como os excertos selecionados podem ser encaixados na perspectiva de uma argumentação prática de acordo com Fairclough e Fairclough (2012), buscando lançar um olhar analítico sobre a contribuição dessa esquematização na força argumentativa.

Análise de TRANSITIVADE

No decorrer desta seção, em que descrevemos as escolhas ideacionais feitas por meio do sistema de TRANSITIVIDADE anteriormente descrito (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), inserimos os excertos da entrevista (GADELHA, 2020) com o ministro conforme forem sendo comentados e/ou analisados. Redirecionemos, então, nossa atenção para o primeiro excerto analisado da fala do ministro:

Excerto 1 – Análise da oração 1

Nós	queremos	afastar	o risco de dominância fiscal e endividamento em bola de neve que já encurralaram a rolagem de dívida e nos empurraram para hiperinflação no passado
Experienciador / Ator	Processo Mental Desiderativo / Material		Fenômeno / Meta

Nele, podemos observar que o autor da fala utiliza não o seu próprio nome, mas sim o pronome da primeira pessoa do caso reto do plural “nós”, possivelmente com a intenção de representar a referência do grupo verbal “queremos afastar” como algo que parte de uma volição não individual, mas plural, como um fator que pode interessar ao coletivo sociedade. Pode indicar também, nesse evento social particular, no qual a entrevista foi realizada, que o falante se posiciona como um representante do conjunto do governo ao qual faz parte. Sob essa perspectiva, uma possível escolha de representação de “nós” como Ator ou Experienciador serve para reforçar que o que é declarado é compreendido sob a ótica do coletivo.

Com relação ao processo escolhido, encontramos duas possibilidades interpretativas. Na primeira, encontraríamos um grupo verbal único (com dois elementos: “queremos” e “afastar”). A classificação do primeiro tipo de processo em seu âmbito experiencial na metafunção ideacional pode ser: processo mental desiderativo, pois o processo “queremos” indica um acontecimento do mundo interno do falante, representando sua experiência interna volitiva, de orientação interna-externa (*like-type*), essa que é exteriorizada no discurso como um processo do tipo respectivo. Já “afastar” apresenta uma conotação material, pois representa um tipo de acontecimento conduzido no plano físico do real. Sua utilização, com

conotação metafórica, não corresponderia, obviamente, ao ato físico de afastar, mas sua escolha na fala do ministro pode funcionar como um vocábulo que traz à mente dos/as ouvintes uma certa intensidade, esta que pode reforçar a ideia de desejo de “afastar o risco de dominância fiscal e endividamento em bola e de neve”.

Na segunda possibilidade, o grupo verbal seria composto pelo verbo auxiliar “queremos”; ao passo em que “afastar” seria colocado como objeto direto (sob a ótica da gramática tradicional) ou com a função de elemento parte da Meta “afastar o risco de (...)” (sob a perspectiva sistêmico-funcional). Se considerássemos apenas a influência do processo principal (utilizando a regra da gramática tradicional que diz que o verbo principal numa locução verbal é aquele que mantém sua conjugação, em contraste com o verbo auxiliar), sob essa possibilidade, qualificaríamos o processo como material, uma vez que “afastar” seria um verbo principal em uma locução verbal. Entretanto, tal ação incorreria em ignorar a relevância de “queremos” como processo mental desiderativo, sendo que esse processo é crucial na etapa de aferição do elemento “objetivo” na argumentação prática (a ser tratada mais à frente), funcionando como um guia para a interpretação realizada acerca da fala do ministro na perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012).

Tendo dito isso, o grupo verbal encontrado no primeiro período analisado foi classificado tanto como processo material, como processo mental desiderativo. Uma vez que a nomenclatura utilizada para o participante ocupando a função de complemento de um processo muda a depender da classificação do dado processo, foi aplicada a classificação de Fenômeno-Meta: “Fenômeno” referindo-se ao processo mental “queremos”, e “Meta” referindo-se ao processo material “afastar”. Em consequência, “nós” foi classificado como “Ator-Experienciador”: “Ator” para o processo material “afastar”, e “Experienciador” para o processo mental “queremos”.

Excerto 2 – Análise das orações 2 e 3

o risco de dominância fiscal e endividamento em bola de neve	q u e	já	encurralaram	a rolagem de dívida	e	nos	empurraram	para hiperinflação	no passado
Ator		Circ.: localização: tempo	Processo Material	Meta		Meta	Processo Material	Circunstância de Localização: Orientação	Circunstância de Localização: Tempo

O participante “Fenômeno-Meta”, como o decidimos chamar, nesse primeiro período, teve de ser analisado à parte (vide excerto 2) por ser, ele próprio, um complexo oracional composto por outras duas orações, contendo um complexo de grupos nominais (com dois grupos). Uma vez que os processos “encurralaram” e “empurraram” apresentam cunho material, os dois grupos nominais “o risco de dominância fiscal” e “endividamento em bola de neve” assumem a função de um único Ator. É interessante notarmos como o ministro, em seu discurso, de certa forma, representa esses dois grupos nominais personalizando-os, atribuindo-lhes a capacidade de encurralar e empurrar. Ambos os processos apresentam cunho

negativo: empurrar é mover algo forçosamente, contra a vontade de alguém; encurralar pode dar a entender que aquilo ou aquele/a que encurrala conduz a uma situação na qual as oportunidades de ação das pessoas estão minadas, limitando, assim, as chances de escolha de quem é encurralado/a.

A utilização do grupo nominal “a rolagem da dívida” e do pronome oblíquo “nos” como realizando a função de Meta em relação aos processos “encurralaram” e “empurraram” (respectivamente) constrói a experiência descrita pelo falante como sendo fatores que sofrem as consequências, estas, segundo o ministro, sendo desenvolvidas no mundo real através dos processos materiais de cunho negativo acima explicitados. Se os participantes na função de Meta são representados como entidades que sofrem as consequências advindas dos atores e postas em prática por intermédio dos processos materiais de caráter negativo “encurralaram” e “empurraram”, personificando os participantes na função de atores como se fossem entidades possuidoras de consciência para realizar os processos materiais utilizados, então, pode-se concluir que a responsabilidade pela existência dos participantes na função de Meta advém de “o risco de dominância fiscal” e “endividamento em bola de neve”.

O participante na função de Meta “nos” pode ter sido empregado com a intencionalidade de representar a integração do/a ouvinte-leitor/a da fala do ministro dentro do grupo daqueles que seriam conjuntamente afetados pelo encurralamento e empurrados para hiperinflação pelos atores. Essa representação pode servir ao propósito de abarcar simpatia e preocupação dos receptores sobre as consequências negativas colocadas pelo ministro. Se tais consequências negativas podem vir a ocorrer, espera-se que a audiência tome para si as preocupações proferidas pelo autor da fala. Nesse processo, a representação apresentada pode ter como intencionalidade a construção do apoio da opinião pública ao caminho de ação posto como única alternativa no aparato linguístico-discursivo mobilizado pelo ministro.

As circunstâncias “já”, “para hiperinflação” e “no passado” servem ao propósito de justificar o motivo pelo qual o falante (utilizando, como foi dito, o pronome “nós” na função de Ator) diz querer afastar “o risco de dominância fiscal” e “endividamento em bola de neve”. Se ambas circunstâncias foram apresentadas como já tendo ocorrido em experiências anteriores com desenrolar adverso, subentende-se que devem ser evitadas. Note-se que o processo material “empurraram” é transitivo no contexto analisado e já possui uma Meta (“nos”), sendo as circunstâncias de localização: espaço (“para hiperinflação”) e de localização: tempo (“no passado” e “já”) complementares.

As duas são empregadas, também, procurando resgatar na experiência econômica brasileira recente o cenário de descontrole inflacionário encontrado na década de 1980 e início da década de 1990, conforme ressalta Silva (2017, p. 11-14, 26-28). Ao evocar à memória tal experiência vivenciada pela população brasileira, o temor de uma possível volta de hiperinflação pode contribuir para que seu discurso, em caráter de produção textual oral e escrita nesse evento social particular da prática social “realização de entrevista”, encontre apoio entre os/as ouvintes, auxiliando a inclinação da opinião pública a endossar os dizeres do ministro. Utilizando o conceito previamente descrito de mundo figurado discutido em Gee (2011), tal imaginário, alimentado por experiências prejudiciais pregressas,

certamente contribuíram para o temor brasileiro acerca de processos inflacionários, de tal sorte que temos um mundo figurado sobre inflação altamente conectado ao desejo de evitar tal processo econômico.

Interpretamos que há subordinação (não no sentido da gramática tradicional acerca de tipos de oração) nas intencionalidades do ministro e em sua tomada de decisões e defesa de seu curso de ação em relação à Meta da oração principal. “A rolagem da dívida pública” e “endividamento em bola de neve” são apresentados como forças motrizes, como focos de ação, ações estas que exigiriam medidas de combate aos fatores realizados no evento discursivo como grupos nominais na função de Meta da oração principal. Sua construção como indesejáveis, pela utilização do processo material “afastar” e pela própria escolha de vocábulos na realização discursiva, reforçam tal interpretação. Dessa forma, a Meta da oração principal é representada, sob a perspectiva de mundo figurado, como elementos negativos.

Se há emprego da representação sob ótica negativa e em consonância com a utilização de um participante na posição de Ator, ainda por cima representado como personificação, como pudemos inferir devido ao uso de processos materiais de cunho violento, em junção ao aproveitamento de um mundo figurado o qual abarca concepção também negativa, então pode-se inferir que tais fatores contribuem para o exercício do Poder e legitimação deste, justamente por contribuir para o vir-a-ser de um processo de razoabilidade dentro do discurso realizado.

Sendo esse primeiro período do discurso do ministro um elemento contendo sua intencionalidade de realização de ações para o futuro, como vimos ao analisarmos os processos “queremos” e “afastar”, considerando-os sob a perspectiva sistêmico-funcional como contendo um elemento mental desiderativo “queremos”, para a perspectiva de argumentação prática descrita em Fairclough e Fairclough (2012, p. 51), consideramos o período 1 como passível de ser enquadrado no papel de objetivo no processo de argumentação prática (a ser analisado na subseção seguinte). Assim sendo, as demais orações analisadas assumirão os papéis restantes dentro dessa perspectiva.

Excerto 3 – Análise das orações 4 e 5

É	um alerta	para	(nós)	agirmos	na pauta das privatizações.
Processo Relacional Identificador Intensivo	Identificador	Circunstância de Finalidade	Ator	Processo Material	Circunstância de Assunto

Realocando o foco para o excerto 3, este inicia-se com o processo relacional identificador intensivo “é”, cujo participante ocupante da função de identificado não se encontra explícito; entretanto, esse elemento pode ser compreendido como o conjunto da situação representada pelo ministro até então: os participantes na posição de Meta relativa ao processo material “afastar” (vide Excerto 1) na oração principal e os que foram realizados no papel de Ator na oração subordinada adjetiva explicativa. Assim, os dispositivos discursivos discutidos nos parágrafos anteriores desempenham papel fundamental no sentido de avançar o desenrolar argumentativo do falante ao resgatar uma experiência pregressa negativa com a hiperinflação.

Até este ponto da análise, pudemos inferir a utilização do sentimento de ameaça e medo iminentes, ambos baseados em construção da representação da experiência pelo ministro por meio de personalização de entidades abstratas, ao tratar elemento não humano como agente do processo. Tal personalização pode servir ao intuito de passar ao/à ouvinte-leitor/a a sensação de que os participantes desse discurso não se limitam apenas a uma natureza abstrata, mas que seriam reais o bastante para encerrar e empurrar para a hiperinflação. Esse sentimento de medo e apreensão pode ser interpretado e evidenciado ao observarmos o grupo nominal “um alerta”, participante utilizado como identificador subsequentemente ao processo relacional identificador intensivo “é”.

O participante identificador “um alerta” traz à lembrança um aviso, uma advertência de que algo deve ou não deve ser feito. Alertas chamam a atenção e podem evocar medo e apreensão, bem como avisam sobre um perigo iminente. Em vias de evitar tal ameaça, o “alerta” representado pelo falante é colocado como devendo ser realizado. Sendo utilizada como força de motivação, temos a circunstância de finalidade “para”, seguida do processo material “agirmos”, cuja desinência número-pessoal “-mos” evidencia um Ator elíptico “nós”. Em contraste com a presença explícita de “nós” no excerto 1 na posição de Ator, e com a possível intenção de criar um espaço de inclusão do/a leitor/a, temos que, no excerto 2, o Ator elíptico denota que quem pretende agir são apenas os membros do governo.

Os excertos 1 e 2, como foram representados, funcionam como força motriz para mover adiante o argumento para agir “na pauta das privatizações”, como encontrado no excerto 3. Esse elemento foi analisado como uma circunstância de assunto, e sua utilização revela sobre o que o falante deseja tratar. O desejo de privatizar, baseado num argumento que representa a privatização como a saída necessária para fugir de um futuro com hiperinflação e encerramento da rolagem da dívida, traz consequências para a sociedade em geral.

Um exemplo seria a privatização dos órgãos e instalações de saúde pública, bem como um futuro incerto sobre o acesso a uma educação superior privatizada. A população sem condições financeiras para ingressar no ensino superior, em caso de implantação de mensalidades, estaria em situação de difícil acesso a meios de mobilidade social. Com menor chance de ascender socialmente, esta fatia populacional tenderia à estagnação em sua posição socioeconômica, bem como teria menor chance de entrar em contato com ambiente acadêmico que promova o pensamento crítico. Sem esse posicionamento crítico, as estruturas de poder vigentes possuiriam menos obstáculos para sua perpetuação.

Temos, até o momento, com base nos excertos 1, 2 e 3, uma tentativa argumentativa de convencimento, pelo ministro Paulo Guedes, realizada no evento social específico analisado, com a potencialidade de abarcar um desbalanço provocado por relações de poder pautadas em âmbito econômico, cujo terreno de preparação foi iniciado no discurso, em uma instância de prática social.

Excerto 4 – Análise da oração 6

(Nós)	Derrubamos	a relação dívida-PIB	no primeiro ano de governo
Ator	Processo Material	Meta	Circunstância de Localização: Tempo

Dirigindo-nos, agora, para o excerto 4, temos uma oração iniciada com o Ator elíptico “nós”, evidenciado, mais uma vez, pela desinência número-pessoal “-mos” encontrada ao final do processo material que é empregado logo em seguida, “derrubamos”. Interpretamos que esse sujeito elíptico se refere ao ministro representando o conjunto do governo Bolsonaro, com a possível intencionalidade de representar as ações governamentais como tangíveis e proativas. O motivo para essa aferição é a utilização do processo “derrubamos”, cujo cunho material evoca à mente um cenário de luta física. O participante na função de Meta em relação ao processo material citado é “a relação dívida-PIB”, compreendida, de acordo com o Novíssimo Dicionário de Economia (1999), como a proporção entre o conjunto das riquezas produzidas por um país em um ano (Produto Interno Bruto) e o somatório das dívidas interna e externa.

Logo após a Meta, o ministro proferiu “no primeiro ano de governo”, sendo esta uma circunstância de localização: tempo e, em razão de que a entrevista foi feita no ano de 2020, refere-se ao ano de 2019. A representação encontrada nesse quarto excerto foi interpretada como servindo ao propósito de construir confiança no/a ouvinte-leitor/a. A razão para isso é a) o emprego da circunstância temporal referindo-se ao ano de 2019, no qual o processo material “derrubamos” foi efetuado com a Meta “a relação dívida-PIB”, gerando um efeito de que o/a falante possui experiências pregressas de sucesso em lidar com o participante representado como ameaça, possuindo um intento de tranquilizar e convencer o/a leitor/a; b) a aplicação de um processo material de caráter bastante físico e com poder de personificação para representar a ação do governo que o ministro representa, bem como incrementar no receptor a tangibilidade da Meta “a relação dívida-PIB” como entidade passível de causar consequências negativas.

Excerto 5 – Análise da oração 7

A Covid-19	empurrou	a relação	para cima	neste ano
Ator	Processo Material	Meta	Circunstância de Localização: Orientação	Circunstância de Localização: Tempo

No excerto 5, a fala analisada foi iniciada com o participante “a Covid-19” na função de Ator pois este trecho contém apenas uma oração na qual foi utilizada o processo material “empurrou”. Como Meta para esse processo, o participante “a relação” foi empregado, contendo uma parte elipsada devido à recente menção de “a relação dívida-PIB” no excerto 4, sendo também uma informação já dada pelo falante. Em seguida, o excerto 5 apresenta as circunstâncias “para cima” e “neste ano” (refere-se a 2020, devido à data de produção do texto analisado), sendo classificadas como do tipo orientação e localização: tempo, respectivamente.

Assim como nos excertos anteriores, observamos a presença de representação por meio de personificação no Ator “a Covid-19” utilizada no começo da oração. Ao atribuir à doença responsável pela pandemia iniciada no final de 2019 e que se estende até o presente momento de escrita deste trabalho (maio de 2021), o ministro representa o participante em questão como realizando uma ação ativa de empurrar. Note-se que o processo empregado apresenta conotação negativa, podendo trazer à mente a ideia de agressão e violação. Ao interpretarmos essa

configuração de representação, a chance de que os ouvintes apreciem a possibilidade de que a responsabilidade pelo aumento da relação dívida-PIB seja proveniente de outros fatores diminui. Assim, levando em consideração os excertos 1-4, especialmente o de número 4, no qual interpretamos a possibilidade de desejo de representação de uma imagem positiva do governo, a colocação de “a Covid-19”, “empurrou” e “a relação” nas funções de Ator, processo material e Meta contribuem para a construção da experiência pelo falante para demonstrar um governo que possui experiência (excerto 4) e que não é o responsável pela existência representada pelo ministro do participante Meta “a relação dívida-PIB”, e sim a pandemia de coronavírus.

Excerto 6 – Análise da oração 8

(Nós)	Vamos derrubar	a dívida-PIB	em 2021
Ator	Processo Material	Meta	Circunstância de Localização: Tempo

No que tange ao excerto 6, a fala do ministro foi iniciada com o processo material “vamos derrubar”, com um Ator elíptico “nós” realizado discursivamente pela desinênci número-pessoal da primeira pessoa do plural “-mos”. Levando em conta que o entrevistado está em um momento da entrevista no qual discorre sobre o conjunto do governo, bem como levando em consideração o teor de legitimação e não-responsabilização pela Meta “a dívida-PIB” interpretado nos excertos 4 e 5, especialmente, o entrevistado volta a referir-se ao governo. O protagonismo é discursivamente realizado nesse momento pelo ministro e governo Bolsonaro, através do uso do Ator elíptico “nós” referenciável pela desinênci número-pessoal da primeira pessoa do plural em “vamos”.

Uma vez que derrubar a relação dívida-PIB é publicamente reconhecida como uma ação positiva, é benéfico que o protagonismo retorne ao falante e ao governo do qual faz parte. A circunstância de localização: tempo “em 2021” especifica um horizonte de aplicação de medidas próximo, com a possibilidade de intenção de tranquilizar o ouvinte, especialmente aqueles que se veem com seus interesses ameaçados pela Meta “a dívida-PIB”. O emprego dessa circunstância pode ter como objetivo e provável consequência que os credores de títulos de dívida pública emitidos pelo governo federal sintam-se amparados pela construção da experiência futura no discurso como sendo um fator estável.

Excerto 7 – Análise da oração 9

Para isso	(nós)	vamos acelerar	o programa de privatizações
Circunstância de Finalidade	Ator	Processo Material	Meta

E, finalmente, sobre o excerto 7, averiguamos que este é iniciado com o a circunstância de finalidade “para isso”, em alusão ao controle da relação dívida-PIB mencionada pelo ministro nos excertos 4, 5 e 6, e também sobre a capacidade de “rolagem da dívida” (excerto 1). Essa circunstância é de fundamental importância para a escolha desse excerto na posição de “declaração para ação” dentro da perspectiva de argumentação prática, indicando a medida para atingimento do

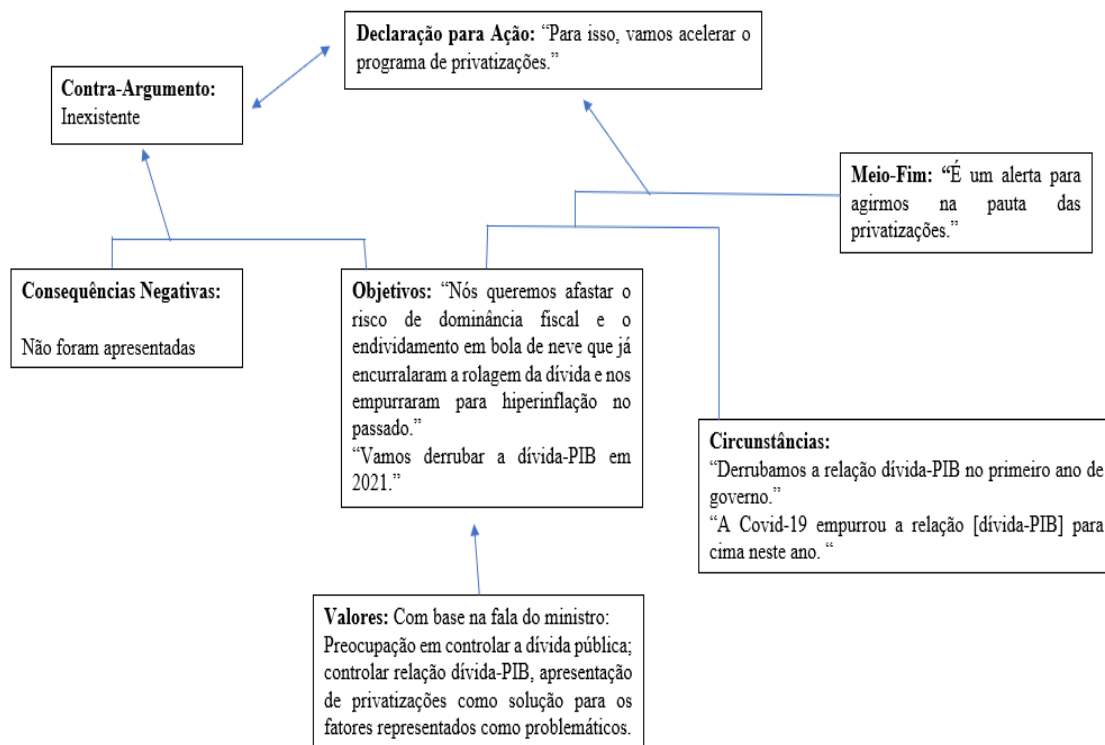
objetivo do falante. (ver seção 4.2). Em seguida, o processo material “vamos acelerar” foi empregado, possuindo a Meta “o programa de privatizações”. Interpretamos a representação do processo como sendo a forma pela qual o atingimento do objetivo explicitado nos excertos 1 e 2 seria atingida, devido à utilização da circunstância de finalidade “para isso”. A Meta “o programa de privatizações” é representada como a solução a ser posta em prática por meio do respectivo processo material “vamos acelerar”.

Dessa maneira, interpretamos o presente excerto como sendo o ponto de culminância, a conclusão para a qual os demais excertos vinham evidenciando, no qual a defesa das privatizações é representada como o que será feito para evitar o futuro representado negativamente pelo ministro.

A esquematização dos excertos dentro da perspectiva da argumentação prática

A partir da análise sob a perspectiva sistêmico-funcional dos excertos 1 e 2, decidimos que, dentro do esquema argumentativo prático (Fig. 1), o papel de objetivo seria melhor ocupado por esses 2 excertos, devido à presença do elemento mental desiderativo “queremos” em “queremos afastar”, pois denotam um desejo de realização para o futuro. O título da entrevista analisada, “*Vamos derrubar a relação dívida-PIB em 2021 com privatizações, diz Guedes*”, contribuiu para a escolha da classificação como objetivo. A Meta do excerto 1, contendo dentro de si um complexo oracional subordinado, foi analisada na subseção anterior como contendo representações negativas realizadas como atores praticantes de processos materiais elaborativos de contato com conotação agressiva cujas Metas sofriam passivamente as consequências. “A rolagem da dívida” nessa posição de Meta, reforça que derrubar a relação dívida-PIB afastaria essa ameaça à rolagem da dívida, sendo um objetivo a ser alcançado.

Figura 1 – Esquema Argumentativo Prático



Fonte: Fairclough; Fairclough (2012, p. 51).

No excerto 6, o ministro realiza discursivamente que “vamos derrubar a dívida-PIB em 2021”, mas a forma pela qual tal intenção seria materializada não está presente dentro dessa oração em si. Devido ao fato de que esse excerto é seguido pelo excerto 7, iniciado com uma circunstância de finalidade e referindo-se, como um todo, ao atingimento do exposto nos excertos 1 e 6, foi também classificado como um objetivo.

Com relação aos valores que influenciariam as possibilidades de ação pelo ministro, a menção frequente da relação dívida-PIB no decorrer da entrevista, com 5 ocorrências distribuídas no título da matéria e nos excertos analisados (em 2, 4, 5 e 6), indica que o controle desse fator é vital no contexto analisado, sendo, assim, considerado como um valor. Além disso, a circunstância de modo: meio (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 *apud* FUZER; CABRAL, 2014, p. 53) “com privatizações” encontrada no título da entrevista, sendo proveniente de uma transcrição de discurso direto, revela como o processo material elaborativo de contato “derrubar” será realizado. Além disso, levando em conta a representação de privatizações como soluções para os participantes apresentados como problemáticos, concluímos que a decisão de privatizar assume destacado valor nesse evento discursivo, revelando, assim, traços neoliberais em sua argumentação e em seu discurso com reais consequências para a população brasileira como um todo.

Em decorrência da presença do termo “privatização” na circunstância acima descrita e por termos averiguado no excerto 3 a reaparição do termo na circunstância de assunto “na pauta das privatizações”, enquadramos essa oração do referido excerto como sendo um meio-fim, realizando uma preparação de terreno discursiva e argumentativa com a possibilidade de fundamentar a razoabilidade da

declaração para ação. Para o papel de circunstâncias (na concepção da argumentação prática), enquadrados os excertos 4 e 5. A representação do governo como tendo histórico de sucesso na redução do participante Meta relação dívida-PIB, no excerto 4, permite a interpretação que o estado do país em relação à economia é relativamente calmo, levando-nos à interpretação dessa declaração como circunstância descrita por Fairclough e Fairclough (2012).

Já no caso do excerto 5, a representação do participante Ator “a Covid-19” como responsável pelo aumento dessa relação dívida-PIB para o ano de 2020 foi o motivo que permitiu que essa declaração fosse também considerada como uma circunstância, representando, em conjunto com o excerto 4, o contexto da situação conforme descrito a partir da fala do ministro. Por fim, o excerto 7, por apresentar a circunstância de finalidade “para isso” seguida de uma nova declaração do ministro acerca dos meios de ação para atingimento dos objetivos explicitados nos excertos 1 e 6, foi colocado no papel de declaração para ação.

No que diz respeito aos elementos “contra-argumento” e “consequências negativas”, não é comum que uma figura política apresente espontaneamente uma fraqueza ou consequência negativa em relação ao seu próprio ponto de representação sobre um dado assunto. Portanto, devemos sair um pouco do foco na fala do ministro para observarmos se aqueles que o entrevistam realizam algum tipo de questionamento que permita um contraponto ao fluxo argumentativo do entrevistado. Não nos propomos, entretanto, a realizar análise de TRANSITIVIDADE das representações dos jornalistas, em razão de manter o foco do presente trabalho.

Observando o terceiro parágrafo da entrevista, vemos que o jornalista responsável pela matéria fala sobre os percentuais da relação dívida-PIB do Brasil nos anos de 2018 (76,5%) e 2019 (75,8%). O jornalista, em seguida, ressalta que até setembro do ano de 2020 essa relação já chegava a 90,6% e diz que “economistas já preveem que esse percentual deverá chegar a 100% muito em breve.” O reconhecimento social da deontologia do cargo de ministro e da área de economia permite uma evocação à autoridade pelo jornalista, ao afirmar que economistas preveem um percentual de 100% de relação dívida-PIB. Isso entra em consonância com o tom de alerta e temor sobre o futuro encontrado no decorrer da entrevista. Dessa forma, interpretamos que o posicionamento do jornalista em relação ao argumento apresentado pelo ministro é favorável, de sorte que o parágrafo não pode ser tratado como consequências negativas ou contra-argumento.

No quarto parágrafo, há um trecho da entrevista no qual o jornalista escreve: “Questionado sobre quanto essas privatizações poderiam abater da dívida pública, Guedes afirmou que o tema deveria ser tratado com o secretário especial de Desestatização, Diogo Mac Cord”. Nele, há o começo de um processo de contra-argumentação devido à procura de detalhes sobre como as medidas propostas pelo entrevistado abateriam a dívida pública. Porém, o período citado já traz embutido em si a assunção de que as privatizações irão, com certeza, em algum grau, contribuir para reduzir a dívida pública. Dessa maneira, essa constatação mina a ponta de contra-argumentação que poderia ter sido desenvolvida na entrevista.

Sobre o processo argumentativo analisado como um todo, vemos que ele possui uma lógica interna coerente, dentro dos moldes de Fairclough e Fairclough (2012, p. 51), no entanto, não há os elementos *contra-argumentos* e *consequências negativas*. Esses fatores não foram trazidos pelo entrevistado e, baseado na análise

do terceiro e do quarto parágrafos da entrevista sobre o posicionamento do jornalista, concluímos que a matéria analisada se encontra em tom favorável ao argumento do entrevistado, decisão esta que retomamos e discutimos a seguir.

Considerações finais

A análise realizada neste artigo permitiu que visualizássemos como a representação da experiência, a TRANSITIVIDADE, e a argumentação prática podem ser afetadas a partir das escolhas ideacionais empregadas pelo/a falante. No quesito de representação da experiência e do sistema de TRANSITIVIDADE, a representação do ministro acerca dos participantes Meta e Ator, bem como a escolha de quais elementos ocupariam tal posição, podem levar os potenciais receptores desse discurso a perceber um ou outro como participante ativo no processo econômico. A realização discursiva por meio de processos materiais elaborativos de contato para estabelecer um vínculo de fisicalidade entre os participantes realça o aspecto de ameaça, encontrado de acordo com a análise feita.

Observamos também que a utilização de circunstâncias de localização: tempo, por exemplo, foi empregada como forma de reforçar uma experiência pregressa negativa em relação aos participantes negativamente representados. As circunstâncias “para hiperinflação” e “no passado” podem trazer, cognitivamente, um mundo figurado para o discurso, baseado na convivência do Brasil com hiperinflação na década de 1980, por exemplo, ocasionando um “efeito cascata” a partir da transitividade, de tal sorte que deságua em influências na razoabilidade argumentativa e sua capacidade de convencimento do/a receptor/a.

No que diz respeito ao processo argumentativo prático, o enquadramento dos excertos nos papéis disponíveis a partir de Fairclough e Fairclough (2012) nos permitiu interpretar que obtivemos uma argumentação coerente e coesa dentro da lógica proposta pelo ministro, que entra em consonância com a TRANSITIVIDADE e respectivas representações para fazer valer tal raciocínio. A escolha dos processos materiais elaborativos de contato “empurraram” e “derrubaram” (excerto 2) contribuíram representativamente para passar aos receptores a sensação de urgência, auxiliando a validar a razoabilidade do elemento “objetivo” na argumentação prática. O posicionamento do participante “risco de dominância fiscal e endividamento em bola de neve” como Ator de um processo material de conotação negativa e o posicionamento do participante “nos” como Meta, permite a inclusão do/a leitor/a como entidade ameaçada, representando-o/a como vítima dos processos materiais de conotação agressiva.

Nas circunstâncias da argumentação prática, a representação do governo como participante na posição de Ator no excerto 4, realizando processos materiais com conotação positiva ao combater os participantes negativamente representados, contribui para gerar uma sensação de que o presente governo possui experiências pregressas de sucesso, como em “[Nós] Derrubamos a relação no primeiro ano de governo”. A causa do aumento do participante “relação dívida-PIB” é apresentada e representada no excerto 5, em “A Covid-19 empurrou a relação para cima este ano.”. As circunstâncias de localização: tempo (agora do ponto de vista da dimensão experiencial da metafunção ideacional) “no primeiro ano de governo” (excerto 5) e “este ano” contribuem para a geração da sensação de experiência mencionada e para

o distanciamento do governo no que tange à responsabilidade pelo aumento do participante Meta “a relação dívida-PIB”. Essas circunstâncias de localização (da GSF) auxiliam a legitimar as circunstâncias (no âmbito da argumentação prática) nesse sentido, e permitiram o enquadramento dos excertos 4 e 5 como circunstâncias no esquema argumentativo. Já a circunstância de finalidade no excerto 6 (“Para isso”), nos permitiu enquadrar essa oração como declaração para a ação.

Contudo, os elementos “consequências negativas” e “contra-argumento” não foram detectados, nem mesmo quando observada a forma de condução da entrevista a partir da perspectiva adotada pelo entrevistador para a procura de elementos no texto que possuíssem atributos que permitissem tal classificação. Isso faz com que a argumentação prática não considere desafios ou alternativas, não apresentando um outro caminho que não o defendido pelo entrevistado. Nesse sentido, quando observamos, ainda, o aumento do apoio social a privatizações do patrimônio público (REDAÇÃO DO SUL, 2019), demonstrando aumento de 5% entre 2017 e 2019, ao ponto de termos 25% do povo brasileiro concordando com discursos sobre privatizações, não podemos deixar de recobrar os dizeres de Paulo Freire sobre o impacto de ideologias.

É precisamente por meio da educação crítica e transformadora que poderemos moldar um *habitus*⁶ novo a fim de criarmos uma sociedade atenta aos discursos e Discursos (GEE, 2011), diminuindo a opacidade das ideologias. A esse respeito, Freire (2011) é contumaz ao conceber a educação como entidade ideológica, uma vez que essa não se origina de estruturas externas à sociedade, mas, sim, é dialeticamente produto e produtora dela. O autor apresenta, ainda, duras críticas às lógicas neoliberais:

Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida. A capacidade de penumbrar a realidade, de nos “miopizar”, de nos ensurdecer que tem a ideologia nos faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. (FREIRE, 2011, p. 84).

Por fim, apontamos para a necessidade de nos aprofundarmos na compreensão dos discursos como elementos centrais no estabelecimento de práticas sociais a partir de intrincados processos de interconexões entre relações de poder e ideologias particulares, que perpassam, constroem e legitimam, argumentos que dão sustentação para que determinados pontos de vista sejam estabelecidos como norma a ser seguida. Atentemo-nos, portanto, para que, por meio do pensamento crítico, consigamos um direcionamento mais justo e inclusivo para toda a sociedade, conscientes do nosso papel em contextos sociopolíticos e econômicos desafiadores como os que vivemos na contemporaneidade.

⁶ Entendido como “um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (BOURDIEU, 1983 *apud* SETTON, 2002, p. 63).

- BACHRACH, P.; BARATZ, M. Two faces of power. *The American Political Science Review*, Washington, v. 56, n. 4. p. 947-952, dez. 1962.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. 6. ed. St. Ives: Clay Ltd, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018.
- CASTRO, J. M. PT: dos trabalhadores à ordem: uma análise da política de conciliação de classes a partir da Carta aos Brasileiros (2002). 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100086. Acesso em: 03 jan. 2021.
- FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis: a method for advanced students*. Abingdon: Nova York: Routledge, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 3. ed. Nova York: Routledge, 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional da língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GADELHA, I. Exclusivo: Vamos derrubar dívida pública em 2021 com privatizações, diz Guedes. *CNN Brasil*. 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/11/11/exclusivo-vamos-derrubar-divida-publica-em-2021-com-privatizacoes-diz-guedes>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: theory and method*. 3. ed. Nova York: Routledge, 2011.
- GODOI, A. S. O que é liberalismo, afinal? *GVEXECUTIVO*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 40-43, maio/jun. 2019. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/gv_183art2.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- GOMES, C. M. C. O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulo-petismo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 1. s. p., jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fkLPJJwrrDhxRVM76fvNzhF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- GOLDSTEIN, A. A ascensão da extrema direita e o uso das redes sociais no Brasil. *ResearchGate*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328074841_A_ASCENSAO_DA_EXTREMA_DIR_EITA_E_O_USO_DAS_REDES_SOCIAIS_NO_BRASIL/link/5bb6238492851c192d0cbeef/download. Acesso em: 06 out. 2020.
- HAAG, D.; ROTTAVA, L. A metafunção textual e os recursos de identificação em memorial de leitura. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, s. v., n. 59. p. 201-219, out. 2019.

HALLIDAY, M. A. K., MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4. ed. Abingdon, Nova York: Routledge, 2014.



HELLER, A. Por que a Hungria se rendeu ao extremista Orbán e como controlar o ensino é essencial para seu projeto? *El País*. 23 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/actualidad/1555585620_542476.html. Acesso em: 04 out. 2020.

LUKES, S. *Power: A radical view*. 2. ed. Basingstoke, Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

LUZ, L. F. R. *Hegemonia neoliberal lulista*. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MARINHO, A.; CASTRO, R.; VIEIRA, W. P. Aspectos e influências do neoliberalismo e da globalização no Brasil: seletividade de classes. *Coleções Uniceub*, Brasília, v. 3, n. 1. s. p. 2016.

MINISTRO italiano é criticado por usar slogan de Mussolini. *Terra*. 29 jul. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/ministro-italiano-e-criticado-por-usar-slogan-de-mussolini,9ff6e21baa2ec608f0cd87762de9a26d2o4khsb1.html#:~:text=A%20frase%20remete%20ao%20c%C3%A9lebre,governador%20do%20Lazio%2C%20Nicola%20Zingaretti>. Acesso em: 09 out. 2020.

NETO, J. M. B. Os governos do PT: pouca mudança, nenhuma ruptura. *Marxismo 21*, 28 jun. 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/J-Machado.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, N. M.; SOUSA, L. B. Estado de bem-estar social: à luz do pensamento de Gunnar Myrdal e Amartya Sen. In: JORNADA LATINOAMERICANA DE HISTORIA, TRABAJO, MOVIMIENTOS SOCIALES Y EDUCACIÓN POPULAR, 1, 2013, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Unioeste, 2013. p. 1-12.

REDAÇÃO O SUL. Pesquisa Datafolha aponta que o apoio à privatização cresce com Bolsonaro, mas ainda é minoritário. *O Sul*. 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.osul.com.br/datafolha-aponta-que-apoio-a-privatizacao-cresce-com-bolsonaro-mas-ainda-e-minoritario>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, s. v., n. 20, p. 60-70, jun. 2002.

SILVA, A. K. Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação política e econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13, 2017, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Associação Brasileira de História Econômica, 2017. p. 1-31.

SOUZA, T. G.; LARA, A. M. B. Os fundamentos teórico-metodológicos da escola neoliberal de Chicago: implicações no campo educacional. In: *SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO PPE*, s. n., 2012, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 1-14.

TAYLOR, M. Introduction: neoliberalism and social transformation. In.: TAYLOR, M. *From Pinochet to the 'Third Way'*. Londres: Pluto Press, 2001. p 1-9.

UTHOFF, A. A capitalização no Chile deixou metade dos idosos sem aposentadoria, diz economista chileno. [Entrevista concedida a] Luís Eduardo Gomes. *Sul21*, Porto Alegre, s. v., s. n., jun. 2019. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/06/a-capitalizacao-no-chile-deixou-metade-dos-idosos-sem-aposentadoria-diz-economista-chileno. Acesso em: 20 jun. 2021.

WAHLSTRÖM, M.; TÖRNBERG, A. Social media mechanisms for right-wing political violence in the 21st century: discursive opportunities, group dynamics, and co-ordination. *Terrorism and Political Violence*, Los Angeles, v. 33, n. 4, p. 766-787, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09546553.2019.1586676>. Acesso em: 06 out. 2020.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. Glencoe: The Free Press: The Falcon's Wing Press, 1964.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis: introducing qualitative methods*. 2. ed. Londres: SAGE Publications Ltd., 2009. p. 1-13.

WOLFF, R. D. *Capitalism crisis deepens: essays on the global economic meltdown 2010-2014*. Illinois: Haymarket Books. 2016.

Para citar este artigo

SILVA, Emmanuel Alexandre Tavares da; BEZERRA, Fábio Alexandre Silva. Análise crítica de transitividade de representações discursivas do ministro da economia Paulo Guedes sobre privatização. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 11, n. 1, p. 14-39, jan.-abr. 2022.

Os autores

Emmanuel Alexandre Tavares da Silva é licenciado em Letras/Inglês pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente, está cursando especialização em Língua, Linguagem e Literatura no CINTEP – Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5126-1281>.

Fábio Alexandre Silva Bezerra é doutor em Língua Inglesa e Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina e PhD em Linguística pela *University of Sydney*. Professor Associado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, onde lidera o GEPLAM – Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguística Sistemico-Funcional, Análise Crítica do Discurso e Multimodalidade/Multiletramentos (UFPB/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3383-0188>.